



Pessoa Colectiva de Utilidade  
Pública Administrativa

---

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Exercício de 2024**

Águeda, março de 2025

**ÍNDICE:**

1. Balanço em 31 de dezembro de 2024
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas
3. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Anexo



---

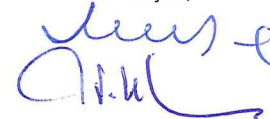
Balanço em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 889 454,61	3 621 094,64
Ativos intangíveis	5	2 278,41	2 460,84
Investimentos financeiros	6	6 022,75	6 022,75
		<u>3 897 755,77</u>	<u>3 629 578,23</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	10.3	203 569,96	241 881,68
Outros ativos correntes	10.2		95 600,23
Caixa e depósitos bancários	10.1	757 934,62	694 943,66
		<u>961 504,58</u>	<u>1 032 425,57</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>4 859 260,35</u>	<u>4 662 003,80</u>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	10.8	879 181,07	879 181,07
Resultados transitados		1 306 968,78	1 111 561,32
Excedentes de revalorização		1 071 048,07	1 095 648,69
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		1 132 116,19	1 160 076,34
		<u>4 389 314,11</u>	<u>4 246 467,42</u>
Resultado líquido do período		90 464,35	170 806,84
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<u>4 479 778,46</u>	<u>4 417 274,26</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.6	134 649,71	53 356,35
Estado e outros entes públicos	10.4	18 182,41	16 545,00
Diferimentos	13.1	43 727,26	46 249,99
Outros passivos correntes	10.7	182 922,51	128 578,20
		<u>379 481,89</u>	<u>244 729,54</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>379 481,89</u>	<u>244 729,54</u>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<u>4 859 260,35</u>	<u>4 662 003,80</u>

O Contabilista Certificado n.º 2437,



A Direção,



C.M.L

HA

---

Demonstração dos Resultados por Naturezas

14

**ASSOCIAÇÃO H. B. VOLUNTÁRIOS DE ÁGUEDA**  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8.1	875 483,56	806 258,03
Subsídios, doações e legados à exploração	9	976 760,07	901 067,11
Fornecimentos e serviços externos	8.3	-968 409,79	-801 313,76
Gastos com o pessoal	11	-850 202,12	-762 066,24
Aumentos/reduções de justo valor		-670,13	3 334,16
Outros rendimentos	8.2	278 687,54	257 741,91
Outros gastos	8.4	-18 678,29	-23 422,08
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>292 970,84</b>	<b>381 599,13</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 + 5	-217 158,41	-212 339,51
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>75 812,43</b>	<b>169 259,62</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	7	14 651,92	1 547,22
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>90 464,35</b>	<b>170 806,84</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>90 464,35</b>	<b>170 806,84</b>

O Contabilista Certificado n.º 2437,



A Direção,



ASSOCIAÇÃO H. B. VOLUNTÁRIOS DE ÁGUEDA  
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
Posição no início do período 2023	1	879 181,07		548 946,26	1 120 249,31	1 188 036,49	538 014,44	4 274 427,57
Alterações no período								
Realização de excedentes de revalorização				24 600,62	-24 600,62	-27 960,15		-27 960,15
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
Resultado líquido do período	2			24 600,62	-24 600,62	-27 960,15		-27 960,15
Resultado integral	3						170 806,84	170 806,84
Operações com instituidores no período	4 = 2 + 3						170 806,84	142 846,69
Fundos								
Outras operações				538 014,44			-538 014,44	
Posição no fim do período 2023	5	879 181,07		1 111 561,32	1 095 648,69	1 160 076,34	170 806,84	4 417 274,26
	6 = 1 + 2 + 3 + 5							

ASSOCIAÇÃO H. B. VOLUNTÁRIOS DE ÁGUEDA  
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

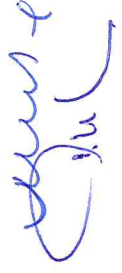
UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
Posição no início do período 2024	6	879 181,07		1 111 561,32	1 095 648,69	1 160 076,34	170 806,84	4 417 274,26
Alterações no período								
Realização de excedentes de revalorização				24 600,62	-24 600,62	-27 960,15		-27 960,15
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								
Resultado líquido do período	7			24 600,62	-24 600,62	-27 960,15		-27 960,15
Resultado integral	8						90 464,35	90 464,35
Operações com instituidores no período	9 = 7 + 8						90 464,35	62 504,20
Fundos								
Outras operações				170 806,84			-170 806,84	
Posição no fim do período 2024	10	879 181,07		1 306 968,78	1 071 048,07	1 132 116,19	90 464,35	4 479 778,46
	11 = 6 + 7 + 8 + 10							

O Contabilista Certificado n.º 2437,



A Direção,





4

---

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 016 060,15	904 055,63
Recebimentos de subsídios		1 006 010,65	893 130,04
Pagamentos a fornecedores		-887 086,61	-816 939,55
Pagamentos ao pessoal		-827 137,88	-751 106,39
Caixa gerada pelas operações		307 846,31	229 139,73
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>			
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-14 102,85	1 824,19
		293 743,46	230 963,92
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-495 812,42	-331 594,15
Ativos intangíveis			-2 643,27
Investimentos financeiros			-728,53
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		55 500,00	
Investimentos financeiros		0,04	
Juros e rendimentos similares		113 959,65	83 192,02
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-326 352,73	-251 773,93
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		-32 609,27	-20 810,01
Caixa e seus equivalentes no início do período		790 543,89	811 353,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.1	757 934,62	790 543,89


O Contabilista Certificado n.º 2437,



A Direção,




44



## INDICE DO ANEXO

1.	Identificação da entidade.....	2
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	2
3.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Principais políticas contabilísticas .....	3
3.2	Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros .....	8
4.	Ativos fixos tangíveis .....	8
5.	Ativos Intangíveis .....	9
6.	Investimentos financeiros .....	9
7.	Juros e outros rendimentos similares .....	9
8.	Rendimentos e gastos .....	10
8.1	Rédito.....	10
8.2	Outros rendimentos.....	10
8.3	Fornecimentos e serviços externos .....	11
8.4	Outros gastos .....	11
9.	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	11
10.	Instrumentos financeiros.....	12
10.1	Meios financeiros líquidos .....	12
10.2	Outros ativos correntes.....	12
10.3	Créditos a receber .....	12
10.4	Estado e outros entes públicos .....	12
10.5	Perdas por imparidade.....	13
10.6	Fornecedores .....	13
10.7	Outros passivos.....	13
10.8	Fundo social .....	13
11.	Benefícios dos empregados .....	14
12.	Acontecimentos após a data do balanço .....	14
13.	Outras divulgações .....	14
13.1	Diferimentos.....	15



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de dezembro de 2024 e 2023

### 1. Identificação da entidade

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Águeda, NIPC 501.102.680, é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa, fundada em 10 de novembro de 1934, com sede na Avenida 25 de Abril – 3750-101 Águeda. A utilidade pública é, de acordo com o disposto no regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros (Lei n.º 32/2007 na sua redação atual), reconhecida com a constituição a associação.

A sua principal atividade é, como decorre dos seus estatutos, a atuação seja na vertente de saúde seja, principalmente, na atividade de prevenção e combate a fogos e outros auxílios à população. A Instituição é composta por associados não sendo detida por qualquer entidade mãe.

A Associação é isenta de IRC por aplicação do art. 10.º do CIRC, exceto quanto aos rendimentos previstos no n.º 3 do mencionado artigo 10.º, nomeadamente: "... os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados".

De acordo com o Despacho ministerial de 20 de julho de 1990, publicado em DR no dia 13 de setembro de 1990, beneficia de Isenção de IRC para as categorias:

Categoria C - Rendimentos comerciais e industriais, diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

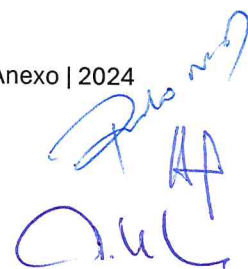
Categoria E – Rendimentos de capitais, com exceção de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F – rendimentos prediais;

Categoria G – ganhos de mais valias.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)



prevista pelo sistema de normalização contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da entidade e no regime do acréscimo.

Não ocorreu a derrogação de qualquer disposição prevista na normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Os conteúdos de todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais bases de mensuração aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Salvo indicação em contrário, têm sido aplicadas consistentemente ao longo do tempo.

##### a) Ativos intangíveis

**Inicial:** Ao custo que é igual ao preço de compra no momento da sua aquisição deduzido dos descontos e abatimentos.

**Subsequente:** *Modelo do custo* – custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

##### b) Ativos fixos tangíveis

**Inicial:** O custo é igual ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção adicionado dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, após dedução dos descontos e abatimentos. No caso de bens obtidos a título gratuito é considerado como custo para efeitos de reconhecimento o seu justo valor.

*[Handwritten signature]*

**Subsequente:** *Modelo do custo* – custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas ou *Modelo de revalorização* – quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização, menos depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização, nos fundos patrimoniais da entidade. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis, é também transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue (em anos):

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		40 anos	4-16 anos	3-5 anos	3-10 anos	4-10 anos
Taxas de depreciação	0,00%	2,50%				
Métodos de depreciação		Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

*Auto mes*  
*AA*  
*OK*

### c) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### d) Rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

### e) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.



**f) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo o mesmo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

**g) Subsídios e outros apoios**

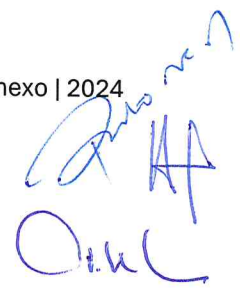
Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

**h) Impostos sobre o rendimento**

A Entidade, sendo uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública encontra-se isenta de IRC.



#### **i) Instrumentos financeiros**

A mensuração dos instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira é feito ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

#### **j) Benefícios dos empregados**

A entidade não assumiu qualquer responsabilidade por benefícios após a cessação de emprego. A entidade apenas está comprometida com benefícios a curto prazo que resulta diretamente da contraprestação de trabalho por parte dos empregados.

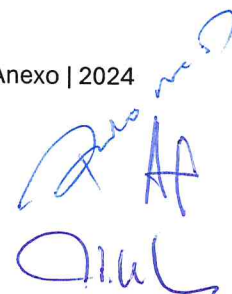
A contabilização destes benefícios é feita de uma forma linear, assumindo num determinado período económico todas as responsabilidades que lhe são inerentes.

#### **Pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.



### 3.2 Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

A Instituição, no período de 2013 procedeu ao reconhecimento contabilístico dos ativos de natureza imobiliária que, sendo propriedade da Associação, não constavam dos seus registos contabilísticos. Esta situação decorre do facto de as Associações Humanitárias até à entrada em vigor do atual Sistema de Normalização Contabilística (SNC) não se encontrarem obrigadas à adoção de contabilidade organizada. Este movimento teve por efeito um aumento dos Fundos patrimoniais, em 2013, na quantia de 1.589.387 euros, sendo 1.329.355 euros a título de excedentes de revalorização (derivado da revalorização do quartel sede e do quartel velho que constam como Ativos fixos tangíveis) e 260.033 euros a título de “Doações” e decorre do reconhecimento como Ativos Fixos Tangíveis dos imóveis que foram doados à Associação e não figuravam nos seus ativos (Balanço).

## 4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nesta conta é o que resulta do seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais	
	Terrenos	Edifícios					
Em 01.01.2023	Quantias brutas escrituradas	501 393	3 005 677	1 537 115	47 927	256 071	5 348 183
	Depreciações acumuladas		(409 667)	(1 275 865)	(35 099)	(126 523)	(1 847 154)
	Perdas por imparidade acumuladas		0	0	0	0	0
	Quantias líquidas escrituradas	501 393	2 596 010	261 249	12 829	129 548	3 501 028
Adições	24 916	74 060	211 207	8 791	13 250	332 223	
Depreciações		(77 031)	(103 641)	(5 890)	(25 595)	(212 157)	
Perdas por imparidade		0	0	0	0	0	0
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas	526 309	3 079 736	1 748 322	56 718	269 321	5 680 406
	Depreciações acumuladas		(486 698)	(1 379 506)	(40 989)	(152 118)	(2 059 311)
	Perdas por imparidade acumuladas		0	0	0	0	0
	Quantias líquidas escrituradas	526 309	2 593 039	368 816	15 729	117 203	3 621 095
Adições	73 969	239 877	100 710	1 337	79 919	495 812	
Alienações, sinistros e abates	(3 047)	(9 140)	(115 673)				(127 860)
Depreciações		(77 282)	(99 726)	(5 080)	(34 888)	(216 976)	
Perdas por imparidade		0	0	0	0	0	0
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	597 231	3 310 474	1 733 358	58 056	349 240	6 048 359
	Depreciações acumuladas		(562 270)	(1 363 559)	(46 069)	(187 006)	(2 158 904)
	Perdas por imparidade acumuladas		0	0	0	0	0
	Quantias líquidas escrituradas	597 231	2 748 203	369 800	11 987	162 234	3 889 455

Concluiu-se em 2022, a construção de uma Unidade Local de Formação (ULF) em Belazaima do Chão, cujo protocolo prevê a utilização por parte da Associação Humanitária enquanto nisso tiver interesse. O valor final das obras ascendeu aos 156.977 euros.

Não existem restrições de titularidade nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Atendendo à antiguidade dos dois quartéis (sede e velho), os valores patrimoniais constantes no balanço não refletiam a sua existência. Assim, a Direção em funções no exercício de 2013, optou por reconhecer esses ativos mediante a revalorização dos mesmos o que gerou uma reserva na quantia de 1.329.355 euros a qual reforçou os Fundos patrimoniais.

A entidade praticou em 2024 as taxas que decorrem do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

## 5. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis		Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2023	Quantias brutas escrituradas	4 080	0	0	0	4 080
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4 080)	0	0	0	(4 080)
	Quantias líquidas escrituradas	0	0	0	0	0
Adições		547			2 096	2 643
Amortizações		(182)	0	0		(182)
Perdas por imparidade		0	0	0	0	0
Em 31.12.2023 (01.01.N)	Quantias brutas escrituradas	4 628	0	0	2 096	6 724
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4 263)	0	0	0	(4 263)
	Quantias líquidas escrituradas	365	0	0	2 096	2 461
Adições						0
Amortizações		(182)	0	0		(182)
Perdas por imparidade		0	0	0	0	0
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	4 628	0	0	2 096	6 724
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4 445)	0	0	0	(4 445)
	Quantias líquidas escrituradas	182	0	0	2 096	2 278

Não existem restrições de titularidade nem ativos intangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos. Não existem igualmente quaisquer compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

A entidade não regista qualquer dispêndio com atividades de pesquisa e desenvolvimento.

## 6. Investimentos financeiros

As verbas consideradas nesta rubrica correspondem às entregas acumuladas para o FCT (Fundos de Compensação do Trabalho).

## 7. Juros e outros rendimentos similares

No decurso do período obtiveram-se os seguintes rendimentos:

*Handwritten signature and initials: AA, AM*

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2024	2023
Juros obtidos	14 652	1 547
Outros rendimentos similares	0	0
Totais ...	14 652	1 547

## 8. Rendimentos e gastos

### 8.1 Rédito

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2024			2023			2022
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período
Vendas de mercadorias	0	0,00%		0	0,00%		0
Prestação de serviços	875 484	98,35%	8,59%	806 258	99,81%	17,24%	687 695
Juros	14 652	1,65%	846,98%	1 547	0,19%	402,10%	308
Totais ...	890 135	100,00%	10,19%	807 805	100,00%	17,41%	688 003

As principais rubricas que incorporam a verba de prestação de serviços, consistem em quotizações e joias (2024: 41.186 euros face aos 40.621 euros de 2023) e transportes de feridos e doentes que ascendeu aos 798.590 euros no exercício em relato que compara com os 730.475 euros de 2023.

### 8.2 Outros rendimentos

Outros rendimentos	2024	2023
Rendimentos suplementares	105 604	143 126
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	144 331	81 645
Outras	28 752	32 971
Totais ...	278 688	257 742

Em termos de detalhe:

Outros rendimentos	2024	2023	Varição (€)
Aluguer de equipamento	2 523	2 523	0
Donativos	103 081	140 603	-37 522
Ganhos com alienação de ativos fixos tangíveis e Prop. Investimento	45 024	0	45 024
Rendas (imóveis) e ULF	98 417	81 647	16 770
Outros rendimentos	29 643	32 969	-3 326
Totais ...	278 688	257 742	20 946

### 8.3 Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
Subcontratos	101	69
Serviços especializados	525 406	468 039
Materiais	58 106	47 882
Energia e fluídos	218 305	189 666
Deslocações, estadas e transportes	257	1 320
Serviços diversos	166 235	94 338
<b>Totais ...</b>	<b>968 410</b>	<b>801 314</b>

### 8.4 Outros gastos

Outros gastos	2024	2023
Impostos	10 949	3 587
Descontos de pronto pagamento concedidos	4 319	4 707
Outros	3 410	15 128
<b>Totais ...</b>	<b>18 678</b>	<b>23 422</b>

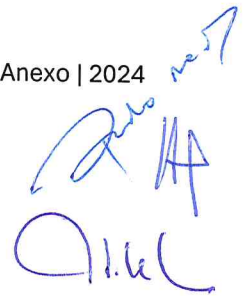
## 9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		2024		2023		
		Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	INEM (Protocolo)	6 250	6 250	6 250	12 500
		POSEUR (Ampliação do Quartel)	12 839	597 030	12 839	609 869
		CMA (Ampliação do Quartel)	4 000	186 000	4 000	190 000
		CMA (ULF Belazaima do Chão)	4 871	82 804	4 871	87 675
		<b>Subtotais ...</b>	<b>0</b>	<b>27 960</b>	<b>0</b>	<b>27 960</b>
Subsídios relacionados com resultados		ANEPC - Autoridade N. P. Civil	579 128		504 413	
		Câmara Municipal de Águeda	318 413		331 162	
		INEM	71 086		62 143	
		Outras	8 133		3 350	
		<b>Subtotais ...</b>	<b>976 760</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>901 067</b>
<b>Totais ...</b>	<b>976 760</b>	<b>27 960</b>	<b>872 083</b>	<b>901 067</b>	<b>27 960</b>	<b>900 043</b>

Dos subsídios reconhecidos (318.413 euros), e relativos aos apoios protocolados com a Câmara Municipal de Águeda, 9.746 euros são relativos à compensação de gastos incorridos no período de 2024 e foram recebidos em 2025. De igual modo foram recebidos 50.493 euros que já haviam sido reconhecidos como rendimento no período de 2023.

Não existem condições não satisfeitas, ou contingentes, relacionadas com os apoios recebidos e reconhecidos.

Os subsídios à exploração mantiveram, genericamente, a sua estrutura habitual.



## 10. Instrumentos financeiros

### 10.1 Meios financeiros líquidos

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	0	0
Depósitos bancários	757 935	694 944
<b>Totais ...</b>	<b>757 935</b>	<b>694 944</b>

### 10.2 Outros ativos correntes

Corresponde aos valores aplicados em Fundos de Investimento, junto do Millennium BCP.

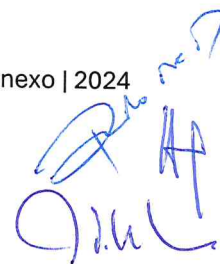
### 10.3 Créditos a receber

Decomposição da rubrica de créditos a receber	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de clientes	163 069	173 818
Menos: imparidade das contas a receber (clientes)	-1 531	-1 531
<b>Contas a receber de clientes (liquido)</b>	<b>161 538</b>	<b>172 287</b>
Devedores por acréscimos de rendimentos	39 683	68 934
Saldos devedores de fornecedores	2 196	367
Outras ...	153	293
Total de outras contas a receber ...	<b>203 570</b>	<b>241 882</b>
Parcela corrente	203 570	241 882

### 10.4 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

Decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos	31.12.2024		31.12.2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto s/ Rendimento Pessoas Coletivas	0	0	0	0
Imposto s/ Rendimento Pessoas Singulares	0	2 397	0	2 716
Imposto s/ o Valor Acrescentado	0	693	0	558
Contribuições para a Segurança Social	0	15 093	0	13 270
<b>Total ...</b>	<b>0</b>	<b>18 182</b>	<b>0</b>	<b>16 545</b>



## 10.5 Perdas por imparidade

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Clientes	163 069	(1 531)	161 538	173 818	(1 531)	172 287
Fornecedores	2 196	0	2 196	367	0	367
Outras contas a receber	153	0	153	293	0	293
...			0			0
<b>Totais ...</b>	<b>165 417</b>	<b>(1 531)</b>	<b>163 887</b>	<b>174 478</b>	<b>(1 531)</b>	<b>172 948</b>

## 10.6 Fornecedores

Decomposição da rubrica de fornecedores	31.12.2024	31.12.2023
Contas a pagar a fornecedores	134 650	53 356
Contas a pagar a partes relacionadas		
Parcela corrente	134 650	53 356

## 10.7 Outros passivos

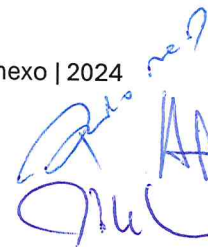
Decomposição de outros passivos	31.12.2024	31.12.2023
Estimativa de férias e subsídio de férias	120 315	98 753
Outros credores por acréscimos de gastos	19 294	16 035
Adiantamentos de clientes	40 670	9 605
CMA - Regalias Sociais Bombeiros	644	3 451
Outras ...	2 000	734
<b>Total de outros passivos ...</b>	<b>182 923</b>	<b>128 578</b>
Menos: Parcela não corrente - Outros passivos		
Parcela corrente	182 923	128 578

## 10.8 Fundo social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, era a seguinte a composição do fundo social da Instituição: 879.181 euros, alcançando um total de fundos patrimoniais em 2024 de 4.479.778 euros (2023: 4.417.274 euros).

Os valores constantes nos Excedentes de revalorização e em Doações foram já justificados nas notas referentes aos Ativos fixos tangíveis. Anualmente, na medida que os ativos que foram objeto de revalorização vão sendo amortizados, a componente da reserva de revalorização que assim fica realizada, é transferida para resultados transitados.





Além do resultado alcançado houve, no período, uma diminuição 27.960 euros decorrente do reconhecimento como rendimentos da quota parte do ano de 2024 relativos ao protocolo INEM/PEM e, também, da POSEUR/CMA relativamente ao investimento na requalificação do quartel sede e da construção da ULF.

## 11. Benefícios dos empregados

Desdobramento dos gastos com o pessoal	2024	2023
Salários e ordenados	693 879	610 569
Contribuições para a segurança social	140 478	123 833
Outros gastos com o pessoal	15 845	27 664
Totais ...	850 202	762 066

Número de pessoas ao serviço	2024	2023
Número médio de empregados	45	42
Número de empregados no fim do período	48	43

Órgão diretivos	2024	2023
Número de membros dos órgãos diretivos	9	9
Remunerações dos órgãos diretivos	0	0

O exercício do cargo de dirigente não é remunerado.

## 12. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não ocorreu nenhum acontecimento que, pela sua dimensão ou natureza, implique ajustamentos às demonstrações financeiras.

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço.

## 13. Outras divulgações

O resultado positivo alcançado, de 90.464 euros (2023: 170.806 euros), resulta da atividade normal da Associação.

Todos os subsídios, comparticipações ou campanhas de angariação de fundos estão devidamente contabilizados, assim como os donativos, que constituem a base de sobrevivência da Associação.

A Instituição mantém regularmente protocolos/acordos com a ANEPC, INEM e Município de Águeda.

Os registos contabilísticos foram feitos, simultaneamente, na contabilidade patrimonial e analítica.

### 13.1 Diferimentos


No exercício de 2020 foi feita a cedência, à “Blue Sites” dos direitos contratuais com a utilização de espaço à Vodafone para instalação de antena. O contrato foi realizado pela quantia de 55.500 euros por um período de 22 anos. O rendimento decorrente desta operação, é imputado todos os anos numa base duodecimal. À data de 31 de dezembro de 2024 existiam por reconhecer 43.727,26 euros, relativos a períodos futuros.

A Entidade é dotada do estatuto de utilidade pública e, por isso, isenta de imposto sobre o rendimento, e sem transações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não regista qualquer gasto de imposto nas suas contas.

Águeda, 18 de março de 2025

CC n.º 2.437

A Direção,

  
\_\_\_\_\_  
Paulo Sérgio J. Neves





Pessoa Coletiva de Utilidade  
Pública Administrativa

# ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ÁGUEDA

Fundada em 10-11-1934

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do art.º 60º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Águeda submeter à apreciação e votação dos Senhores Associados o Relatório da sua atividade, bem como o seu Parecer sobre o Relatório e Contas da Direção relativos ao exercício de 2024.

### Relatório:

1 - No âmbito do disposto na alínea f) do art.º 60º dos Estatutos, o Conselho Fiscal assistiu às reuniões para as quais foi convidado. Isto permitiu ao Conselho Fiscal acompanhar a atividade da Direção continuamente dando o seu parecer sempre que solicitado.

2 - O Relatório da Direção reflete cabalmente o que foi a atividade da Associação podendo afirmar-se que foram cumpridos todos os objetivos propostos pela Direção de uma forma competente e empenhada no decurso do seu exercício de 2024.

3 - Os elementos contabilísticos foram sendo analisados periodicamente como mandam os Estatutos. O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos e os Anexos apresentados são um espelho fiel da atual situação financeira da Associação. Devemos mesmos realçar os efeitos.

A contabilidade da Associação respeita completamente a Norma Contabilística e Relato Financeiro para ESNL .

Os documentos contabilísticos encontram-se devidamente arquivados e autorizados segundo as normas em vigor

4. - Não se verificaram quaisquer atos que violassem os Estatutos.

### Parecer:

Face ao exposto é o Conselho Fiscal de Parecer que os Senhores Associados aprovevem:

- Relatório e Contas de 2024 e documentos anexos apresentados pela Direção, bem como o plano de ação e orçamento para o ano de 2025;
- Tendo em consideração o trabalho realizado pelos Órgãos Sociais e os resultados obtidos no prosseguimento dos fins da Associação, propõe um voto de louvor a todos os Órgãos Sociais.

Águeda, 25 de março de 2025.

O Conselho Fiscal,